

Catherine Laurent¹
Aurélie Trouvé²
Daniel Perraud³

*O debate sobre as abordagens Evidence-based ou Evidence-aware policy no campo da agricultura**

Introdução: as preocupações na origem das abordagens *Evidence-based*

As abordagens em termos da *evidence-based policy* (EBP), derivadas da *evidence-based medicine* (GUYATT *et al.*, 1992), visam promover o uso, o mais criterioso possível, dos conhecimentos disponíveis para informar as decisões públicas. A análise das condições de emergência dessas abordagens mostra como as reflexões desenvolvidas na medicina (FAGOT-LARGEAULT, 2005) se espalharam para outros campos (LAURENT *et al.* 2009a)

* O presente artigo é resultado de uma reflexão realizada no contexto do programa de pesquisa “ADD/Ebp-Biosoc” financiado pela Agência Nacional de pesquisa francesa (ANR). Este programa reúne uma dezena de laboratórios franceses, brasileiros e sul-africanos. Agradecemos a Jacques Baudry e a Renato Maluf por suas críticas a uma primeira versão do texto. Daniel Perraud, que faleceu em novembro de 2009, foi o redator das primeiras versões deste artigo. Tradução: Maria José Carneiro.

¹ Catherine Laurent é pesquisadora do INRA-SAD. E-mail: catherine.laurent@grignon.inra.fr.

² Aurélie Trouvé é pesquisadora do AgrosupDijon-CESAER). E-mail: atrouve@enesad.inra.fr.

³ Daniel Perraud (INRA-Paris).

desde a educação e a justiça até a proteção de recursos naturais, com a emergência da noção de *evidence-based conservation* (SUTHERLAND *et al.* 2004).

Na verdade, em todos os campos, o volume crescente de informações disponíveis torna-se impossível de ser administrado por aqueles que querem informar sua decisão com a ajuda dos conhecimentos disponíveis. Essa constatação, inicialmente formulada na medicina, tem muitas consequências uma vez que ela pode levar os pacientes e os médicos a não se beneficiarem de informação atualizada sobre soluções terapêuticas disponíveis e sobre a avaliação de sua eficácia relativa. Finalmente, isso os impediria de escolher, com base em conhecimento de causas, o tratamento que lhes parecesse o mais adequado. Um conjunto de reflexões conduzidas a partir dessa constatação resultou em várias ações:

- A elaboração de uma “caixa de ferramentas” destinada a facilitar o inventário e o uso dos conhecimentos disponíveis por diferentes categorias de usuários: métodos de estado das artes sistemáticos, sintetizando os conhecimentos disponíveis para responder às questões da prática, metanálises, métodos de avaliação da eficácia das ações públicas etc. Esses novos “instrumentos de racionalização” permitiriam completar o arsenal já utilizado (dados estatísticos notadamente).
- A implementação de organizações coletivas, com funcionários dedicados, de maneira que se permita realizar e atualizar essas análises, gerar bases de dados e bases documentais coletivas⁴ e conceber módulos de formação para estudantes e profissionais (especialmente na medicina).
- Um debate contraditório sobre o uso dos conhecimentos, particularmente conhecimentos científicos, na tomada de decisão, associando profissionais, cientistas, filósofos etc.

⁴ <http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/mrw/home/106568753/HOME>.

Essa discussão está bastante presente nos periódicos de língua inglesa.

O recurso aos métodos associados a essas abordagens é desigual segundo o país, mas se estende a vários setores (educação, economia do desenvolvimento, justiça etc.) e a grandes instituições internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou o Banco Mundial.

No campo da agricultura, os estudos que reivindicam as abordagens *evidence-based* são menos numerosos, mas se desenvolvem pouco a pouco. Os dispositivos implementados são, às vezes, de grande amplitude. É o caso de um estudo realizado a pedido do Ministério da Agricultura britânico sobre os impactos dos organismos geneticamente modificados (OGM), invocando explicitamente a abordagem *evidence-based* (RUTH, 2003). Em escala europeia, a *Standing Committee on Agricultural Research*, que assessora a Comissão Europeia sobre pesquisa na agricultura, estabeleceu, desde 2004, o objetivo de manter e coordenar os projetos *evidence-based* sobre as questões agrícolas. Em escala mundial, o recente relatório "Avaliação internacional das ciências e tecnologias agrícolas a serviço do desenvolvimento", iniciado pela FAO e pelo Banco Mundial (IAASTD-1, 2008), reivindica explicitamente as abordagens em termos de *evidence-based policy*.⁵ Podemos ainda citar uma nova

⁵ Resultado de um processo similar ao do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), esse relatório se apoia no parecer de mais de 400 especialistas internacionais. "The IAASTD is conducted according to an open, transparent, representative and legitimate process; is *evidence-based*; presents options rather than recommendations; assesses different local, regional and global perspectives; presents different views, acknowledging that there can be more than one interpretation of the same *evidence based* on different worldviews; and identifies the key scientific uncertainties and areas on which research could be focused to advance development and sustainability goals." (IAASTD-1, 2008:10). The result is an evidence-based guide for policy and decision-making. (IDEM: 4).

rede, a *Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System for Southern África* (RESAKSSAS), que, no âmbito da *Southern África Development Community* (14 países do sul da África), fixou como meta promover a EBP, notadamente sobre as políticas que visam ao aumento da produtividade agrícola.

Na agricultura, como em outros campos, as reflexões sobre as abordagens *evidence-based* se traduzem em três grandes tipos de consequências: (i) a construção de uma caixa de ferramentas (por exemplo, a constituição de sistemas de referências técnicas compartilhadas, a elaboração e a disponibilização de revisões-síntese da literatura sobre a eficácia de certos projetos agroambientais etc.); (ii) o estabelecimento de organizações *ad hoc* (que se concretizou, por exemplo, no Reino Unido, com a reorganização do Ministério encarregado da agricultura e do meio ambiente); e (iii) a manutenção de controvérsias sobre o estatuto e o uso dos conhecimentos na concepção, implementação e avaliação das políticas agrícola e ambientais, com a organização esporádica de debates entre as partes interessadas.

Observam-se diversas modalidades de aplicação das abordagens que reivindicam os princípios da *evidence-based* na agricultura. Elas podem corresponder ao uso de métodos restritos à caixa de ferramentas da EBP (como a elaboração de revisões sistemáticas da literatura), mas podem também recorrer a análises *ad hoc* complementares baseadas em estatísticas ou a tentativas de suscitar novas formas de diálogo entre pesquisadores e tomadores de decisão. A emergência da EBP no domínio agrícola pode, então, testemunhar uma vontade de responder à insuficiência do recurso aos conhecimentos científicos que têm um conteúdo empírico validado na definição das políticas (CGIAR, 2006). No entanto, vários autores afirmam que ela também levanta um grande número de questões sobre os fundamentos do método e sua aplicação.

Neste artigo, queremos, inicialmente, mostrar, a partir de uma questão muito restrita, relativa à hierarquização das provas, que os debates sobre as abordagens *evidence-based* podem ser um ponto de partida heurístico para se interrogar sobre as dificuldades que a decisão pública encontra para utilizar os conhecimentos disponíveis, o mais criteriosamente possível, e para refletir sobre os instrumentos de prova de que ela dispõe. Mas, para isso, é necessário evitar um duplo obstáculo: de um lado, não desqualificar os debates, apresentando uma visão caricatural, de outro, rejeitar toda apologia ingênua que apagaria as contradições e os conflitos de interesse que essas abordagens podem exacerbar, como veremos na questão da escolha e da hierarquização das provas assim como no tema da possível “despolitização” das decisões públicas segundo sua relação com os conhecimentos.

As incompreensões que ocultam o debate

Antes de aprofundar o exame das contribuições do debate sobre as abordagens *evidence-based*, é necessário eliminar duas fontes de confusões. A primeira diz respeito ao tipo de intervenção pública que recorre a esses instrumentos, a segunda se refere ao próprio sentido da palavra inglesa *evidence*.

Em primeiro lugar, é conveniente não associar todo interesse pelas abordagens *evidence-based* à defesa de um modelo normativo de decisão política ancorada na teoria das escolhas racionais, mais ou menos conforme o tipo ideal do “modelo racional compreensivo” descrito por Linblom (1959). Este tipo ideal descreve uma situação na qual os tomadores de decisão política agem através de uma série de escolhas lógicas e ordenadas, avaliam e comparam todas as opções possíveis, calculando os custos e benefícios econômicos e políticos de uma política pública. Segundo este esquema, os

pesquisadores, os tomadores de decisão política e os outros autores colaborariam “naturalmente”; eles teriam o tempo, as competências e os meios materiais para acessar o conjunto de informações disponíveis e fazer delas o melhor uso. Além disso, agiriam buscando unicamente o bem-estar geral e não em função de interesses particulares. Ou então, as observações convergem para constatar que esse modelo pode ser descrito em teoria, mas que não seria observado na prática, com exceção de alguns segmentos de decisão sobre questões muito simples e limitadas.

A situação é, então, mais complexa. O que está em jogo nos debates é a possibilidade de os gestores públicos utilizarem, de maneira a mais criteriosa possível, os conhecimentos disponíveis, qualquer que seja o lugar que eles atribuam aos conhecimentos em seus processos de tomada de decisão. É assim que Omamo (2004) propõe-se falar de *evidence-based practice* para descrever os meios particulares que são colocados em prática para facilitar o acesso ao uso controlado dos conhecimentos disponíveis na decisão pública. Ele estima que as reflexões sobre uma parte dessas práticas podem remeter a diferentes modelos de decisão públicas (modelo racional, racionalidade limitada, modelo incremental etc.). O autor enfatiza que os trabalhos conduzidos a partir dessas diferentes escolas de pensamento preconizam a mobilização de instrumentos *evidence-based* quando elas observam que a decisão pública encontra novos problemas para acessar e utilizar os conhecimentos disponíveis. Como sublinha S. Nutley (2003), em vários casos, as expressões *evidence-informed policy* ou *evidence-aware policy* seriam, aliás, muito mais adequadas para designar o campo desses debates. Não obstante, a expressão sintética *evidence-based policy* se impôs. É por isso que a maioria das análises retém essa expressão, utilizada em um sentido amplo, para explorar os debates que se desenvolveram em torno dessa noção, sem que isso remeta a um modelo particular de decisão pública.

A segunda fonte de confusão concerne ao vocábulo *evidence*. Neste artigo, manteremos a denominação inglesa porque a expressão *Evidence-based policy* (EBP) (DAVIES; NUTLEY, 2001 e NUTLEY, 2003) é difícil de traduzir nas línguas latinas. A noção de *evidence* remete ao mesmo tempo às noções de:

- *prova*, apontando para a importância de se dispor de conhecimentos confiáveis para esclarecer a ação;
- *conhecimento empiricamente validado*, lembrando que os conhecimentos aos quais ela remete são fundados em dados empíricos e corroborados por fatos;
- *níveis de provas*, sublinhando que, uma vez que se quer atingir um objetivo preciso, alguns conhecimentos podem ser mais adequados que outros e que a questão da hierarquia das provas deve ser colocada. Assim, uma tradução às vezes proposta para *Evidence-based policy* é frequentemente “*política fundada sobre níveis de prova*”.

Existe, assim, uma cobertura semântica apenas parcial entre a noção de *evidence* e a de “conhecimento científico”.

Uma parte importante da reflexão sobre as problemáticas *evidence-based* se refere, então, à hierarquização dos níveis das provas⁶ que podem estar associadas a diferentes fontes de informação.

Por exemplo, para produzir uma prova de eficácia de uma medida política, podemos tentar conceber dispositivos que forneçam informações as mais confiáveis possíveis, informações em que a corroboração aos fatos pode ser verificada com o maior rigor possível. Nessa perspectiva, os procedimentos *evidence-based* propõem classificações que visam hierarquizar as provas produzidas por ordem crescente de confiabilidade. O quadro

⁶ Uma seção inteira de reflexão aborda também a natureza das provas, distinguindo principalmente provas de eficácia, de causalidade, de existência e de inocuidade (LAURENT *et al.* 2009a). Por falta de espaço, este ponto não pode ser abordado neste artigo.

a seguir apresenta a transposição de tal classificação a objetos de pesquisa do desenvolvimento sustentável. Notamos que, nesse tipo de classificação, as fontes de informações que não se originam da pesquisa (opinião de indivíduos, saberes oriundos da experiência) são levadas em conta, ao passo que certos tipos de conhecimento científico sem conteúdo empírico (resultados de modelos de simulação, por exemplo) são descartados.⁷

Classificação dos níveis de provas por ordem crescente de confiança para objetos de pesquisa sobre desenvolvimento sustentável

Nível 1. Opiniões de autoridades reconhecidas, fundadas em saberes de experiência, estudos descritivos ou de comitês de especialistas

Nível 2. Provas construídas a partir de comparações históricas ou geográficas

Nível 3. Provas obtidas a partir de sequências de cortes ou de estudos de caso dentro de um dispositivo controlado

Nível 4. Provas obtidas a partir de coleta de dados sobre situações representativas permitindo testes de hipóteses com validação estatística

Nível 5. Provas obtidas a partir de ensaios randomizadas e controlados⁸

Fonte: Laurent *et al.* 2009a.

O objetivo de tais classificações é diferenciar as abordagens que permitam obter, progressivamente, níveis de provas

⁷ Acerca da definição das noções de dado, informação, conhecimento, conhecimento científico, ver Laurent *et al.* 2009b.

⁸ Testes clínicos implicam, pelo menos, um tratamento de controle (um placebo, por exemplo), medidas específicas dos resultados para avaliar o tratamento estudado e um método aleatório para incluir os pacientes no teste (“randomização”: seleção aleatória).

cada vez maiores. É possível, assim, por exemplo, colher a opinião de um agricultor sobre a eficácia de uma prática tradicional (nível 1, por exemplo, sobre uma prática de pecuária), depois transformar essas práticas em modelo para formalizar os saberes tácitos sobre os quais elas repousam e testar a eficácia dos saberes assim formalizados sobre um leque mais amplo de situações concretas (nível 3), até implementar dispositivos que permitam uma validação por testes estatísticos sobre a eficácia das práticas concernentes (níveis 4 e 5). A ideia de base é simples: para implementar medidas de acompanhamento das políticas agrícolas e ambientais, vale mais a pena que a ação pública se apoie em conhecimentos que tenham o nível de prova mais alto possível; que não sejam simples opiniões ou resultados de modelos de simulação que, às vezes, têm pouca relação com o real.

Mas a simplicidade aparente desse princípio de hierarquização não deve mascarar certas dificuldades encontradas tanto no plano conceptual (CARTWRIGHT, 2007) como na prática.

A concorrência das provas. Ensinaamentos para as políticas agrícolas e ambientais

A análise sistemática das condições de acesso aos conhecimentos e às reflexões sobre os princípios de hierarquização das provas permite melhor formalizar as dificuldades que surgem quando se deve escolher e combinar as provas. Assim, é possível conceber vias de melhoria para o uso dos conhecimentos disponíveis para a decisão pública. Mas elas permanecem limitadas e essas dificuldades também mostram a validade de toda tentativa que busque, por esse meio, os princípios de uma técnica simplificada de decisão na qual a prova guiaria inteiramente o direito.

A disponibilidade dos conhecimentos

A primeira questão que se coloca diz respeito à disponibilidade dos conhecimentos que podem informar a decisão e aos meios materiais que existem para mapeá-los e avaliar sua qualidade. Com efeito, no campo da agricultura que aqui nos ocupa, as preocupações ambientais se desenvolvem de maneira a resultar em novas regulamentações que constroem as práticas e a organização geográfica de uma parte da agricultura. Essa evolução coloca a questão da confiabilidade dos conhecimentos que sustentam essas regulamentações, notadamente para os estabelecimentos agrícolas cuja viabilidade econômica pode ser colocada em xeque.

Os instrumentos concebidos para mapear os conhecimentos disponíveis são cada vez mais utilizados. Assim, os esforços convergem para fornecer o estado das artes sobre as interações entre desenvolvimento da agricultura e proteção do meio ambiente. Os últimos inventários realizados constataam uma crucial falta de conhecimentos e dados diretamente utilizáveis pelos gestores públicos nesse campo. O hiato é principalmente notado na literatura científica internacional e nas grandes revistas, tal como se viu por ocasião da *Eco Millenium Assessment* e seus desdobramentos (CARPENTER *et al.*, 2006; TALLIS e KAREIVA, 2006) ou, mais recentemente, por Scherr e McNeely (2008). O mesmo acontece com a avaliação do impacto das medidas regulamentares que têm como objetivo combinar a produção agrícola e a proteção ambiental. Assim, os estudos recentes sobre as avaliações das medidas agroambientais realizadas na França (VOLLET *et al.*, 2008), como na Europa (KLEINJ, SUTHERLAND, 2003), sublinham a insuficiência da quantificação dos efeitos dessas políticas.

O recurso à técnica do estado das artes sistemático, realizado segundo critérios explícitos (*systematic reviews*),⁹ permite detalhar esse diagnóstico, questão por questão. Em alguns casos, essa técnica possibilita fornecer o estado dos conhecimentos que podem informar a decisão sobre um ponto particular. Mas, em outros casos, ela permite apenas sublinhar o hiato existente entre pesquisa e decisão pública. Assim, na ecologia, o estudo da colonização dos *habitat* favoráveis à fauna e à flora é feito em condições empíricas díspares: pode-se fazer ensaios randomizados ao nível da parcela, mas não ao nível da paisagem que, no entanto, é aquele que precisa ser eficaz para gerir a biodiversidade. Assim, os autores de um estado das artes referente aos efeitos das medidas agroambientais sobre a avifauna concluem: *Whether species are simply redistributing between the available resources by aggregating in fields under agri-environment management and deserting conventional fields (no change in population trend), or experiencing increased breeding success or overwinter survival rate (positive population trend) giving evidence of species recovery, is unknown.*¹⁰

De fato, no que concerne aos conhecimentos utilizáveis para conceber as políticas agroambientais, os inventários realizados trazem à tona, de maneira recorrente, uma dupla discordância de escala: de um lado, entre os resultados da ecologia científica (que são, frequentemente, produzidos para pequenos conjuntos de parcelas) e as escalas em que a decisão pública intervém (por exemplo, Steven *et al.*, 2007), de outro, entre as escalas em que são produzidos os resultados das ciências sociais e os da

⁹ Realizados segundo um protocolo preciso, formalizado pela Fundação Cochrane, e guiados pelas necessidades do usuário potencial dos conhecimentos.

¹⁰ *Systematic Review 11-The Effectiveness of Land-Based Schemes (incl. Agri-Environment) at Conserving Farmland Bird Densities within the U.K.* (<http://www.cebc.bangor.ac.uk/>).

ecologia. Essas discordâncias tornam difícil a articulação dos conhecimentos oriundos de diferentes disciplinas e, não raro, impedem sua utilização para uma decisão.

Essa capacidade de diagnosticar os campos em que é necessário produzir conhecimento é muito desigual segundo os países, as instituições e os atores envolvidos. Os trabalhos que tratam das condições materiais de acesso aos conhecimentos mostram que, para utilizar plenamente o potencial dos conhecimentos existentes, é fundamental poder dispor de bases de dados, de acesso às bases documentais científicas (tipo *Web of Science*), de organizações específicas com pessoal dedicado à produção de metacconhecimentos para a decisão (metanálises, redação de estados da arte sistemáticos que expõem as controvérsias existentes etc.). Um dos benefícios dos debates sobre as abordagens *evidence-based* é ter chamado a atenção para as dificuldades crescentes encontradas para acessar e utilizar os conhecimentos disponíveis. A fim de minimizar esses problemas, algumas administrações, principalmente nos países de língua inglesa, muniram-se de organizações coletivas, como o Ministério britânico responsável pela agricultura e meio ambiente (DEFRA)¹¹, enquanto outras tiveram pouco ou nenhum recurso, como, por exemplo, a administração francesa (LAURENT *et al.*, 2009b).

Existem, provavelmente, numerosas razões para tais diferenças (tradições políticas e administrativas, culturas das relações entre ciência e sociedade, escolhas financeiras etc.). Mas, se admitimos que os conhecimentos são recursos importantes para as políticas econômicas, na verdade, como sugerem alguns protagonistas dos debates em torno das abordagens EBP (NUTLEY, 2003), é necessário refletir ainda mais sobre as configurações institucionais que permitem

¹¹ É o que podemos observar explorando o seu site <http://www.defra.gov.uk/evidence/index.htm>.

aos serviços do Estado e aos diferentes tipos de atores se beneficiarem desses recursos.

A concorrência das provas

Quando, em face de um problema, um gestor público mapeia os conhecimentos existentes sobre o tema, ele pode se deparar com a presença de conhecimentos muito heterogêneos para que se possa comparar diretamente seus níveis de provas, que trazem informações difíceis de combinar, ou mesmo informações contraditórias. Essa questão da concorrência entre as provas é um ponto importante na problemática da *evidence-based*. Ela se manifesta tanto no interior como entre as disciplinas. O desenvolvimento dos instrumentos EBP que visam tornar o universo dos conhecimentos disponíveis mais legível permite, contudo, esclarecer certos impasses.

Uma fonte frequente de contradição aparente entre provas decorre da utilização de dados empíricos que se referem a universos delimitados de maneiras diferentes. Por exemplo, nas ciências sociais, as representações da agricultura são muito dependentes do universo dos produtores considerados e do lugar atribuído aos estabelecimentos agrícolas de pequena dimensão e aos que têm sistemas de atividade combinadas. O raio da intervenção pública varia igualmente (CARNEIRO, 1997; LAURENT e RÉMY, 1998). Observam-se defasagens da mesma ordem nas observações sobre biodiversidade. Para os atores envolvidos, o conhecimento dessas divergências de perspectivas, às vezes, leva a ações “corretivas”. Assim, em matéria da biodiversidade, observa-se na França que a Federação Nacional da Caça (FNC) e a Federação Nacional dos Sindicatos de Produtores Agrícolas (FNSEA), recentemente, estabeleceram uma rede de observação comum sobre uma amostra de estabelecimentos para fornecer sua própria visão da evolução da biodiversidade e contrapor-se aos resultados produzidos, principalmente, pelas organizações ambientais (LAURENT *et al.* 2009b).

Em tal situação, os instrumentos *evidence-based* visam, antes de tudo, precisar os pontos de vista que coexistem, as controvérsias associadas, de maneira a tornar explícitas e transparentes aos atores as categorias consideradas para a observação, bem como a análise e o campo de validação dos conhecimentos produzidos. Assim, em um estado das artes, todos os pontos de vista podem ser levados em conta se são pertinentes para a questão colocada; ao contrário, os artigos que não explicitam o seu método e a fonte de suas observações empíricas são descartados, ainda que sejam muito numerosos.

A segunda fonte de incomensurabilidade das provas é a pluralidade dos paradigmas que coexistem em todas as disciplinas científicas, o que leva à variação das questões levantadas e dos objetos de pesquisa. Vários casos se apresentam. Às vezes, abordagens que se excluem mutuamente de um ponto de vista teórico esclarecem os determinantes de um fenômeno que podem se combinar no mundo real. Por exemplo, as análises microeconômicas das unidades de produção e as análises estruturais da evolução da agricultura podem se revelar utilmente complementares desde que verificados a pertinência dos dados e o rigor de sua análise, uma vez precisados os pontos cegos próprios a cada abordagem. Mas, em outros casos, as teorias se apoiam em hipóteses que supõem fenômenos ou mecanismos que não podem coexistir no mundo real; portanto, existe uma verdadeira oposição das posturas que podem inspirar ações opostas.

Por exemplo, a análise econômica da gestão de bens comuns de alto custo ambiental pode se apoiar nas abordagens ancoradas na teoria de escolhas racionais e concluir que somente a privatização desses bens permitirá evitar sua destruição (HARDIN, 1968). Ao contrário, diante da mesma situação, as abordagens institucionalistas enfatizarão a capacidade de alavanca exercida pelas instituições locais que enquadram ações coletivas (OSTRÖM, 1990). Os objetos sobre os quais convém

ter conhecimentos confiáveis diferem da mesma maneira. Esta pluralidade não é própria das ciências sociais. Assim, na ecologia, serão concebidas ações diferentes, caso nos apoiemos em uma abordagem que considere os *habitat* como elementos homogêneos da paisagem, que podem ser gerados de maneira independente, ou consideremos a abordagem da ecologia da paisagem que enfatiza as interações entre os elementos da paisagem (BUREL e BAUDRY, 1999).

Aqui também o problema não é novo. O convite que faz a filosofia das ações *evidence-based* é, de um lado, pedir aos pesquisadores que sejam explícitos sobre seus pontos de vista teóricos e, de outro, que produzam metaconhecimentos que permitam precisar a diversidade teórica intradisciplinar de maneira a reconhecer os pontos cegos de cada uma das abordagens apresentadas, suas contradições, como também suas possíveis complementaridades.

A terceira fonte de heterogeneidade das provas é a contingência dos objetos da pesquisa no contexto institucional e socioeconômico e na questão colocada pelo gestor público. Com efeito, quando os pesquisadores de uma disciplina trabalham sobre um mesmo tema (a proteção da biodiversidade, por exemplo), eles podem ser levados a realçar provas que se referem a fatos científicos diferentes (FLECK, 1981). Por exemplo, para ecólogos dos Países Baixos, esses trabalhos tendem a adaptar a gestão do espaço às questões maiores da densidade de população e de pressão urbana e se concentram no tema do desenvolvimento de espécies emblemáticas, notadamente os pássaros, tornando visível aos urbanos a conservação da natureza em “detrimento” da atividade agrícola, cuja análise se limita aos efeitos negativos sobre a biodiversidade (PERRAUD, 2009). Ao contrário, em territórios onde a pressão urbana é muito menos forte, como em certas zonas na França, os ecólogos estudam mecanismos de preservação da biodiversidade que podem favorecer a atividade agrícola, como,

por exemplo, a dinâmica das populações de diversas categorias de insetos (AVIRON *et al.*, 2005). Os indicadores para determinar o sucesso das medidas de acompanhamento que daí resultam são, portanto, muito diferentes.

Nesse contexto, as reflexões sobre a construção dos metaconhecimentos que são conduzidos nas abordagens *evidence-based* se referem aos instrumentos que partem da questão precisa de um técnico (ou de um gestor público). Assim, um estado das artes sistemático realizado segundo critérios explícitos respondem a normas metodológicas rigorosas e cada etapa de sua realização é guiada pela questão de partida explicitamente formulada pelo mandatário (técnico, gestor público etc.). A questão pode parecer, do ponto de vista do pesquisador, muito estreita. Desse modo, os beneficiários podem obter uma visão precisa dos conhecimentos disponíveis para esclarecer a questão que se colocam. Por outro lado, quando as questões postas são amplas, os métodos da *evidence-based* tornam-se de pouca ajuda (SUTHERLAND *et al.*, 2006).

Outra fonte importante de provas concorrentes é a coexistência das disciplinas diversas que elucidam aspectos parciais de objetos comuns. Encontramos aqui certas dificuldades anteriormente expressas sobre o tema da pluralidade dos paradigmas. Elas são exacerbadas e objeto de debates muito animados em torno das abordagens *evidence-based*. Com efeito, observa-se que, segundo a abordagem teórica e disciplinar, é mais ou menos fácil construir provas de nível elevado. Os resultados das ciências sociais, sempre situados historicamente, devem ser atualizados regularmente sempre que as conclusões das ciências da natureza, mesmo quando probabilísticas, aparentam tratar de objetos mais estáveis ou mesmo oferecer resultados mais robustos. Nas problemáticas agroambientais, essa situação pode facilmente resultar na recusa dos conhecimentos produzidos pelas ciências sociais sob o argumento de que os níveis de

provas oferecidos são menos elevados que na ecologia. Além disso, alguns dispositivos são dificilmente acessíveis às ciências sociais devido ao fato de os problemas éticos serem colocados na sua implementação. Assim, o estatuto do método de referência (*gold standard*) dos resultados obtidos graças aos ensaios randomizados controlados é fonte de inúmeras dificuldades e controvérsias. Essa questão foi colocada de maneira muito incisiva para avaliar a importância relativa que se deve atribuir a certos resultados da economia do desenvolvimento que transpõem a abordagem dos testes randomizados controlados às ciências sociais (por exemplo, BANERJEE e DUFLO, 2008).

Esses debates apontam para a necessidade de não se privilegiar as provas de *nível elevado* em detrimento das provas *pertinentes* à ação almejada. Eles novamente levam a colocar em perspectiva o papel que se pode reservar às provas e aos níveis de prova na decisão, sem que, com isso, se renuncie à reflexão sobre a confiabilidade relativa dos conhecimentos disponíveis.

Em suma, como enfatizou S. Nutley (2003), é fácil adotar uma postura cínica sobre as perspectivas abertas por uma concepção de políticas mais fundadas sobre níveis de provas: a pesquisa raramente fornece respostas decisivas às questões políticas, assim como a estrita racionalidade raramente está no centro do processo político. No entanto, nenhuma dessas condições é necessária para que se desenvolvam políticas melhor informadas pelos conhecimentos existentes.

Do conhecimento à decisão

Ante este conjunto de dificuldades, Davies e Nutley (2001) fornecem elementos operacionais de resposta, em três partes articuladas:

- “Antes de tudo, devemos desenvolver um acordo em torno do que constitui uma prova e em que contexto, visando abordar diferentes tipos de questões políticas/práticas (...);

- Sublinhar o pluralismo metodológico mais que perseguir os antagonismos paradigmáticos; buscar contribuições complementares, oriundas de diferentes concepções da pesquisa, mais que uma competição epistemológica (...);
- Numerosos atores do campo dos serviços (por exemplo, gestores públicos, responsáveis pela pesquisa, parceiros de contratos de pesquisa, técnicos) deverão se reunir para buscar um amplo acordo. A respeito desses problemas, se os resultados de pesquisa devem ter um impacto mais amplo, para além dos campos constituídos”.¹²

Essas três recomendações visam fornecer um patamar amplo e consensual de maneira a favorecer a implementação das abordagens em EBP. Elas não constituem, portanto, uma chave universal para resolver todos os problemas de provas concorrentes.

A primeira recomendação está fundada na possibilidade de um amplo acordo acerca da natureza e da validade de uma referência científica. Segundo a definição que fornecemos na introdução deste texto, a pertinência de um resultado de pesquisa está fundada na sua validade empírica, isto é, ela deve ser corroborada pelos fatos. Mesmo que se concorde com esse critério, um grande número de problemas permanece: o primeiro deles, devido à ausência ou à insuficiência das observações e dos dados disponíveis, e o segundo, porque, mesmo com

¹² *First of all we need to develop some agreement as to what constitutes evidence, in what context, for addressing different types of policy/practice questions (...). It needs to emphasize methodological pluralism, rather than continuing paradigmatic antagonisms; seeking complementary contributions from different research designs rather than epistemological competition. The many stakeholders within given service areas (e. g. policy makers, research commissioners, research contractors, and service practitioners) will need to come together and seek broad agreement over these issues if research findings are to have wider impact beyond devoted camps. (DAVIES e NUTLEY, 2001: 87-88).*

dados comuns, os impactos observados ou almejados podem ser avaliados de diferentes maneiras. Por exemplo, a associação entre a atividade agrícola e a proteção à biodiversidade pode ser analisada como portadora de efeitos favoráveis (economias dos custos de produção etc.) ou, em uma abordagem centrada em categorias de agricultores, ser entendida como detentora de efeitos negativos em matéria de coesão (restrições muito pesadas para as pequenas unidades produtivas, por exemplo). Nessas condições, os termos de um acordo a respeito da validade das referências dificilmente poderão ser generalizados. Podemos apenas definir alguns princípios dos métodos (dados confiáveis, rigor da lógica), sem que esse acordo mínimo resolva completamente a questão das provas concorrentes.

A segunda recomendação enuncia dois princípios fundamentais: de um lado, o reconhecimento e a legitimidade do pluralismo dos métodos, aos quais seria conveniente acrescentar o pluralismo dos paradigmas; de outro, a possibilidade de fazer convergir os resultados de pesquisa provenientes de métodos diferentes. Vimos que conhecimentos heterogêneos podem se revelar utilmente complementares, uma vez verificada a pertinência dos dados e o rigor de sua análise. Mas é conveniente não ceder a uma visão angelical dessa possibilidade de acordos parciais, jogando a competição epistemológica (ou teórica, ou paradigmática) ao inferno das perversões ideológicas. Essa coexistência armada entre concepções da pesquisa não resulta de uma simples competição acadêmica, ela guarda efeitos diretos sobre a natureza das referências concorrentes. De um lado, podemos tomar o exemplo da multifuncionalidade da agricultura e do agroambientalismo, uma abordagem em termos de bens públicos separados (biodiversidade, não poluição etc.) para os quais é necessário cobrir, caso a caso, as falhas do mercado. De outro, uma abordagem em termos de regulação global da atividade agrícola ligada à reprodução de cada categoria de unidade produtiva. Ambos não utilizarão os

mesmos dados, nem a mesma forma de raciocínio, produzirão resultados diferentes e não complementares para determinar a decisão pública. No caso, de um lado, as recomendações da OCDE e, de outro, a lei de orientação agrícola francesa de 1999 e as preconizações mais fortes em termos da regulação da produção e dos mercados (LAURENT, 2003; PERRAUD, 2003; TROUVÉ, 2009).

A terceira recomendação privilegia os métodos participativos incluindo todos os que de maneira mais ou menos direta participaram da atividade de pesquisa, aos quais se pode acrescentar o conjunto dos atores sociais do campo. É claro que se um eventual acordo sobre a validade das referências científicas for encontrado, ele deve incluir participantes diretos ou indiretos da atividade de pesquisa, sejam científicos ou não. Não é menos verdade que essa situação apresenta vários riscos, notadamente o de reforçar o conflito entre provas concorrentes. Com efeito, para uma parte deles, os atores participantes representam posições diferentes, fundadas em interesses (por exemplo, a necessária reprodução das explorações agrícolas) ou ideias (a conservação da biodiversidade como critério essencial). Cada uma dessas posições pode recorrer a referências científicas que, se acontecer, têm todas as chances de serem concorrentes. De outro modo, mesmo não havendo conflito de interesses, uma governança organizada da tomada de decisão pode escolher as referências mais consensuais, permitindo chegar a um acordo, omitindo as referências concorrentes. Nesse caso, não é certo que as referências escolhidas sejam as mais pertinentes cientificamente.

Em síntese, as recomendações práticas permitem, em princípio, colocar a questão da validade das referências científicas e resolver o problema das provas concorrentes enfrentando dois obstáculos: o primeiro, a vontade de responder às questões de fundo por meio de uma abordagem consensual que se traduz por um acordo que corre o risco de ser apenas de fachada; o

segundo, e correlativamente, uma fraca consideração ao fato de que a validade dos conhecimentos e a vontade de mobilizar os conhecimentos científicos estão diretamente associadas à existência de conflitos de ideias ou de interesses entre os atores.

As abordagens *evidence-based*: fonte de despolitização das políticas públicas ou de repolitização?

As dificuldades que emergem da concorrência das provas estão diretamente ligadas à natureza dos debates institucionais entre os atores envolvidos na tomada de decisão pública. Colocar em perspectiva as abordagens *evidence-based* deve ir além dos pontos de ordem técnica referentes a sua metodologia.

O problema não é novo. Cada Estado, em seus diferentes componentes, se mune de um conjunto de regras e de dispositivos para dispor de conhecimentos adequados aos seus objetivos e mobilizar os conhecimentos disponíveis (dispositivo de pesquisa, aparelho estatístico etc.). Assim, desde a Antiguidade, os Estados se apoiaram em instrumentos de racionalização como os recenseamentos da população nos quais se sabe que misturavam interesses de poder e de conhecimento (DESROISIÈRES, 2008). Mesmo que a análise possa colocar ênfase, pontualmente, em uma dessas duas dimensões, uma compreensão precisa do papel que esses instrumentos exercem na concepção das políticas necessita sempre ter presente o espírito daquela dualidade. Os métodos *evidence-based* devem, portanto, ser vistos nessa dupla perspectiva.

Os próprios interesses de poder podem ser analisados em vários níveis. Os instrumentos e as modalidades concretas

de sua utilização influenciam os tipos de conhecimentos que são produzidos e utilizados para informar a decisão pública e conceber suas intervenções. Por exemplo, cada nomenclatura estatística conduz à descrição de uma população sob uma perspectiva bem particular. Mas, além disso, independente das modalidades segundo as quais podem ser utilizados, esses instrumentos são intrinsecamente portadores de princípios de governo. Uma política pública se caracteriza, então, também pelos tipos de instrumentos¹³ que ela escolhe mobilizar e pelos que ela descarta. Assim, para delimitar uma zona de proteção ambiental, um gestor público pode escolher entre se apoiar, antes de tudo, em representações dos recenseamentos da população, das fontes naturais etc., ou, ao contrário, privilegiar cartografias do território originárias de representações dos eleitos locais. Conforme a ênfase dada a um ou outro desses instrumentos, os interesses revelados serão diferentes.

Uma das questões pendentes é, então, saber quais são os princípios de governo acionados pelo quadro analítico e os instrumentos propostos nas abordagens *evidence-based* e que impacto eles podem ter sobre a configuração da decisão pública nos campos da agricultura e do meio ambiente.

Como todos os instrumentos de política pública, as abordagens *evidence-based* aparecem como portadoras de risco de despolarização que podem assumir várias formas: mascarar os verdadeiros interesses do debate político que

¹³ *A public policy instrument constitutes a device that is both technical and social, that organizes specific social relations between the state and those it is addressed to, according to the representations and meanings it carries. It is a particular type of institution, a technical device with the generic purpose of carrying a concrete concept of the politics/society relationship and sustained by a concept of regulation (LASCOUMES e LE GALÈS, 2007: 4).*

recobre o debate acerca das provas; direcionar as atitudes pelos procedimentos ou categorizações apresentadas como “naturais”, ou, ainda, desqualificar qualquer intervenção não coerente com as relações de força dominantes, por meio da mobilização de conhecimentos científicos *ad hoc*.

Assim, o recurso à noção de *evidence-based policy* pode aparecer como um meio de esvaziar os debates políticos, invocando em todas as situações a supremacia da prova científica. Nesse sentido, no Reino Unido, a onipresença da referência à noção de *evidence-based policy* nos discursos das políticas de “modernização” do *New Labour*, nos fins dos anos 1990, tomou, às vezes, formas caricaturais. Vários observadores denunciaram os mecanismos por meio dos quais o argumento das provas tinha sido mobilizado como argumento de autoridade para desqualificar toda contestação, ainda que o domínio da validade das “provas” em questão não tivesse sido objeto de questionamento, ou ainda mesmo que não houvesse nenhuma “evidência” por trás de certos discursos que se proclamavam *evidence-based*.

Mas, mesmo quando diferentes atores buscam se apoiar em conhecimentos validados, observam-se afinidades específicas de alguns tipos de atores por certos instrumentos e campos de conhecimentos. Na prática, nos debates nos quais se confrontam interesses agrícolas e interesses ambientais, diferentes atores tendem a acionar campos disciplinares melhor situados para lhes fornecer resultados nas questões e objetos de pesquisa que lhes interessam: a profissão agrícola se apoia mais na análise dos fatos sociais e econômicos, enquanto os representantes de interesses ambientais privilegiam os conhecimentos das ciências da natureza (por exemplo, LAURENT *et al.*, 2009b). Enfim, sob sua forma mais pronunciada, podemos encontrar um “efeito de convicção” ou de conivência: uma pesquisa pode estar associada

a escolhas doutrinárias dos próprios pesquisadores e procurar fornecer provas para sustentar a posição de um grupo de atores (FOUILLEUX, 2003; SELMI, 2006).

Do mesmo modo, a decisão pública pode ter uma afinidade particular com os instrumentos que produzem as representações que se adaptam melhor aos princípios de governos que a sustentam. Assim, não é impossível que uma das fontes de interesse das políticas públicas em economia do desenvolvimento para as abordagens *evidence-based* resulte em parte naquilo que o seu uso possa contribuir para legitimar uma abordagem fracionada de questões de desenvolvimento global. Na verdade, como sublinha o relatório da IAASTD-1 (2008),¹⁴ os objetivos do desenvolvimento agrícola, a redução da pobreza e da fome, a melhoria da saúde humana e do meio ambiente estão estreitamente ligados. As políticas de apoio que deixam de lado o caráter global podem ser fontes de novas contradições. Nesse sentido, ao fazer o balanço de programas de desenvolvimento, Adams *et al.* (2004) constata que, contrariamente ao que sugere a expressão “ambientalismo a favor dos pobres”, as negociações estão longe de ser sempre duplamente vitoriosas: vários trabalhos mostram que os programas de conservação da biodiversidade têm sempre um impacto negativo na redução da pobreza e no desenvolvimento da atividade agrícola. Uma das maneiras de mascarar esse problema é tratar de modo independente cada um desses objetivos, como o que se faz na definição dos objetivos do Desenvolvimento do Milênio (UN, 2000), não se abordando a questão das eventuais contradições. Esta maneira de desassociar os objetivos conduz simultaneamente ao mascaramento dessas contradições e à

¹⁴ *International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development - Avaliação internacional do conhecimento agrícola, ciência e tecnologia para o desenvolvimento*, Sessão Plenária Intergovernamental, Johnsburgo, África do Sul, 2008. (N.T.).

redução da questão da concorrência das provas. É por isso que se pode encontrar aí uma atração particular dessa estratégia pelos métodos *evidence-based* que, nesse caso específico, são de pouca ajuda para tratar de políticas de desenvolvimento em uma abordagem global, podendo justificar uma segmentação dos objetivos em nome da vontade de informar a decisão pública por meio de conhecimentos estabelecidos cientificamente.

De um modo geral, nesse momento e nos domínios da agricultura e do meio ambiente, o que sobressai das *observações* e da análise da literatura é um déficit de instrumentos que permitam um exame crítico das evidências disponíveis e das evidências que são utilizadas, mais do que de uma apropriação integral das abordagens *evidence-based* ou da filosofia dos instrumentos utilizados para sustentar sua construção. Não há dúvida de que as abordagens *evidence-based* podem ser utilizadas para construir um arsenal de provas *ad hoc* como instrumentos de poder, mas elas permanecem pouco mobilizadas mesmo para usos simples (inventário dos dados disponíveis, estado das artes, construção compartilhada entre atores de grades de avaliação dos níveis de prova etc.).

Sem dúvida, existe aí uma consequência dada pelos limites dessas abordagens e por suas dificuldades de aplicação. Assim, o estudo britânico acerca dos impactos dos OGM tinha como objetivo explícito ensinar soluções políticas na matéria em função das provas científicas reunidas. Mas, em suas conclusões, tal estudo revelou principalmente a diversidade dos valores existentes na sociedade relativos a esse tema e o peso das relações de força entre grupos de interesse envolvidos, carregando cada um deles paradigmas e provas científicas diferentes (RUTH, 2003).

Também não se deve subestimar o custo dos dispositivos materiais necessários a uma utilização racional dos conhecimentos científicos disponíveis (bases de dados,

dispositivos de formação, tempo de técnicos necessário etc.). São necessárias arbitragens que considerem tanto o montante de financiamento exigido por esses dispositivos como os efeitos de inércia que lhes são associados, a qualidade das decisões que podem ser tomadas *in fine* e a capacidade dos diferentes atores em fazer valer seus interesses nos procedimentos praticados. Ou, mesmo quando se trata de mobilizar instrumento simples (estado das artes sistemático, por exemplo), as arbitragens ocorrem com frequência em detrimento dessas abordagens *evidence-based* e notadamente a favor dos procedimentos que se baseiam em pareceres de especialistas escolhidos pelo mandatário. Assim, o que é central nas abordagens *evidence-based* – a saber, a exigência de explicitação das escolhas que são feitas para utilizar um tipo de conhecimento em lugar de outro – termina passando a segundo plano, ou é pura e simplesmente ignorado.

Por isso, podemos perguntar também se algumas resistências às abordagens *evidence-based* não resultam do caráter intrinsecamente subversivo desta exigência de explicitação. O que está em jogo? O receio de ver o recurso à prova reforçado ou, ao contrário, o medo de vê-lo melhor revelado?

Assim, pode-se temer os efeitos perversos de um deslocamento do registro do debate político em direção a um debate sobre as provas que só pode ser conduzido por especialistas, o que contribuiria para mascarar os interesses políticos dos diversos debates. No entanto, pode-se indagar sobre o significado político de uma ausência de debate sobre as provas mesmo que estas ainda sejam, *de facto*, cada vez mais utilizadas nas intervenções sob forma regulamentar.

Da mesma maneira, poderia ser preocupante uma situação na qual a participação de diferentes grupos sociais nos debates políticos fosse legitimada segundo sua capacidade de fornecer posições sustentadas pelos conhecimentos que têm um elevado

grau de prova. Mas podemos também nos interrogar sobre as consequências, em termos de equidade, de uma recusa de tornar mais acessíveis e transparentes, ao conjunto dos grupos sociais, os conhecimentos disponíveis. Do mesmo modo, cabe indagar acerca da significação política de uma situação que não visa a reduzir incomensurabilidade das provas apresentadas por diferentes atores.

Por ora deixamos essas questões em aberto, mas elas nos convidam a prosseguir com a análise do desenvolvimento das abordagens *evidence-based* no domínio da agricultura e do meio ambiente, sem eliminar, *a priori*, a hipótese de que seu uso possa ser também fonte de repolitização dos debates.

Conclusão: uma abordagem crítica das relações entre decisão política e conhecimentos científicos

Os debates em torno das abordagens *evidence-based* contribuem para esclarecer as práticas de elaboração das políticas em relação à utilização dos conhecimentos disponíveis. As reflexões e os instrumentos assim construídos podem ser interpretados e utilizados segundo modalidades diversas. Às vezes, eles podem ser mobilizados para sustentar atitudes normativas e dogmáticas que vão buscar nos resultados da pesquisa científica argumento de autoridade. Mas também podem ser mobilizados para colocar à disposição de um conjunto de atores do debate público informações sintéticas sobre os conhecimentos disponíveis e seus limites de validade. Parece, portanto, importante participar das discussões e análises que são travadas em torno das abordagens *evidence-based*, evitar representações caricaturais e examinar as questões que elas suscitam.

Em suma, o que é interessante nos debates não é tanto o tema de quais decisões recorreram a um método simplificado de decisão, mas todas as reflexões que convidam a colocar em

perspectiva o uso do conhecimento na decisão pública (e, em particular, os conhecimentos científicos), e que também estimulam abordagens prudentes que implicam a aplicação prévia de formas específicas do trabalho de pesquisa e de tomada de decisão. Essas reflexões levantam vários pontos-chave das recomposições em curso no campo das políticas agrícola e ambientais:

A existência de lacunas em certos campos do conhecimento

Uma medida crucial consiste no empenho em preencher os vazios nos conhecimentos e nas fontes de dados, o que só pode ser feito no âmbito da força pública, levando em conta recomendações de diversos atores e pesquisadores, de maneira a assegurar tanto a coerência dos dados levantados como as possibilidades de cruzamento interdisciplinar e de sua generalização, evitando-se os riscos de extrapolações imprudentes.

A opacidade da paisagem dos conhecimentos disponíveis

Podemos precisar a recomendação de Davies e Nutley (2001) a respeito do pluralismo metodológico de paradigmático, acima referido. Um acordo em torno da avaliação das provas científicas (mesmo que seja um acordo relativo ao que é o objeto de dissenso) só pode ser obtido com base em um trabalho de pesquisa específico que realize uma revisão do conjunto dos resultados estabelecidos de maneira rigorosa acerca de uma questão específica. Isso significa refletir sobre a produção de metaconhecimentos adequados que permitam aos diferentes atores envolvidos na decisão pública circular mais facilmente no interior do universo dos conhecimentos disponíveis, como, por exemplo, por meio da realização de “estado das artes” sistemático e pertinente. Isso significa também que o poder público deve atribuir meios específicos necessários a esta produção à implementação dos dispositivos materiais (equipes de documentalistas, técnicos dedicados etc.).

A dualidade irreduzível dos instrumentos de racionalização: tanto instrumentos de governo como instrumentos de prova. Finalmente, é necessário não cair em posturas ingênuas, o que se representaria o gestor público se movendo por meio de ilusões acerca da simplificação da decisão que a prova científica supostamente lhe conferiria, ou, ao contrário, mostrando completo alheamento das indicações relativas à “realidade do mundo” que fornecem ferramentas de racionalização. O papel do gestor público é o de fazer escolhas, não somente entre conhecimentos e provas científicas concorrentes, mas também entre o conjunto das restrições e os objetivos sociais e políticos. Assim, uma prova científica, mesmo clara e validada, não é suficiente para legitimar uma decisão determinada na ausência de uma reflexão política mais geral.

A generalização das práticas que mobilizam métodos ligados às abordagens *evidence-based* e, sobremaneira, o crescente peso que as referências às provas científicas vêm tendo nos debates nas decisões políticas no campo da agricultura e do meio ambiente requerem, então, aprofundar as reflexões acerca do interesse e dos limites dessas abordagens. Isso exige colocar a “prova” no seu exato lugar como um dos elementos, mas não o único, de decisão política; construir os métodos que tornam explícitos para os gestores públicos as condições de elaboração e dos limites de validade dessas provas (metanálises, estado das artes *ad hoc*, estado dos dados disponíveis etc.), ou seja, desenvolver entre os atores, cientistas e gestores públicos formas rigorosas de acesso aos conhecimentos. Em outras palavras, é importante não esquecer que os instrumentos de políticas públicas são sempre portadores de jogos de poder que podem ser analisados no campo das políticas públicas. Por isso, é importante não renunciar à reflexão a respeito do acesso aos conhecimentos, das provas e da própria avaliação da sua confiabilidade.

Referências bibliográficas

- ADAMS, W. M., AVELLING R., BROCKINGTON, D., DICKSON, B., ELLIOT, J., HUTTON, J., ROE, D., VIRA, B., WOLMER, W. Biodiversity conservation and the eradication of poverty. *Science*, n. 306, 2004.
- AVIRON, S., BUREL, F., BAUDRY, J. e SCHERMANN, Carabid assemblage in agricultural landscapes: impact of habitat features, landscape context at different spatial scales and farming intensity. *Agriculture, Ecosystems, Environment*, n. 108-3, 2005.
- BANERJEE, A., DUFLO, E. The Experimental Approach to Development Economics *NBER working paper* n. 14467, 2008.
- BUREL, F., BAUDRY, J., *Ecologie du paysage: concepts, méthodes et applications*. Paris: Lavoisier, 1999.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 8, abril de 1997.
- CARPENTER, S., DEFRIES, R., DIETZ, T., MOONEY, H., POLASKY, S., REIDS, W., e SHOLES, R. Millenium Ecosystem assessment: research needs. *Science*, v. 314, 2006.
- CARTWRIGHT, N. *Evidence-based policy: where is our theory of evidence?* Technical Report 07/07 (ISSN 1750-7952 Print, ISSN 1750-7960 Online) by the Contingency And Dissent in Science Project, Centre for Philosophy of Natural and Social Science, The London School of Economics and Political Science, UK, 2007.
- CGIAR Science Council, *Impact Assessment of Policy-Oriented Research in the CGIAR: AScoping Study Report*, Science Council Secretariat, Roma, 2006.
- DANIEL, F-J., PERRAUD, D. Multifunctionality of agriculture and contractual policies. A comparative analysis of France and the Netherlands, *Journal of Environmental Management*, v. 90, suplemento 2, 2009.
- DAVIES, H., NUTLEY, S. *Evidence-based policy and practice: moving from rhetoric to reality*, 3rd International, Inter-disciplinary evidence-based Policies and Indicator Systems Conference, 2001.
- DESROSIERES, A. La statistique, outil de gouvernement et outil de preuve. In: DESROSIERE. *Pour une sociologie historique de la quantification*. Mines/Paris tech, 2008.
- FAGOT-LARGEAULT, A. Evidence-based medicine: its history and philosophy'. In: *Logic, Methodology and Philosophy of Science*.

- Proceedings of the Twelfth International Congress*. PETR HÁJEK, Luis Valdés-Villanueva, DAG Westerståhl (eds.). Londres: King's College Publications, 2005.
- FLECK, L., *Genesis and Development of a Scientific Fact*, The University of Chicago Press, 1981.
- FOUILLEUX, E. *La PAC et ses réformes. Une politique à l'épreuve de la globalisation*. Paris: L'Harmattan, 2003.
- GUYAT *et al.* *The evidence based medicine group*. Evidence based medicine. A new approach to teaching the practice of medicine. *JAMA*, n. 4, 268 (17), 1992.
- HARDIN G. 1968. The Tragedy of the Commons. *Science* n. 162, 1992.
- HODGSON G. M. The Approach of Institutional Economics, *Journal of Economic Literature*, v. 36, 1998.
- IAASTD -1 (International Assessment of Agricultural knowledge, Science and Technology for Development). *Agriculture at a cross road*. Global report. Island Press, 2008.
- IAASTD -2 (International Assessment of Agricultural knowledge, Science and Technology for Development). Évaluation internationale des connaissances, des sciences et des technologies agricoles pour le développement (IAASTD). Résumé général à l'intention des décideurs, 2008.
- KLEINJ, D., SUTHERLAND, W. W. How effective are European agri-environment schemes in conserving and promoting biodiversity? *Journal of Applied Ecology*, 2003.
- LASCOUMES, P., LE GALÈS, P. Understanding Public Policy through Its Instruments. From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. *Governance. An International Journal of Policy, Administration and Institutions*, v. 20, 2007.
- LAURENT, C. Le débat scientifique sur la reconnaissance de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques. In: *La multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques*, Educagri Editions, 2003.
- LAURENT, C., BAUDRY, J., BERRIET SOLLIEC, M., KIRSCH, M., PERRAUD, D., TINEL, B., TROUV, A., ALLSOPP, N., BONNAFOUS, P., BUREL, F., CARNEIRO, M.-J ., GIRAUD, LABARTHE, P., MATOSE, F., RICROCH, A. Pourquoi s'intéresser à la notion d'*Evidence-based policy*? *Revue Tiers-monde*, n. 200, 2009a.

- LAURENT, C., LABARTHE, P., TROUVE, A., BERRIET-SOLLIEC, M., BONNAFOUS, P. *Les connaissances scientifiques, une ressource de plus en plus rare pour la décision publique?* Communication au Forum de la régulation, Paris, 1-2 de dezembro de 2009.
- LAURENT, C., RÉMY, J. Agricultural holdings: hindsight and foresight. *Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement*, n. 31, 1998.
- LEITE, S. P. State, pattern of development and agriculture: the Brazilian case. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, n. 2, 2005.
- LINDBLOM, C. The science of "Muddling through". *Public administration review*, v. 19, 1959.
- NUTLEY, S. Bridging the policy/ research divide. Reflections and Lessons from the UK. Keynote paper. *Facing the Future: Engaging stakeholders and citizens in developing public policy*. NIG Conference. Canberra, 2003.
- OMAMO, S. W. Bridging research policy and practice in African agriculture, *DGSD Discussion paper*, IFPRI, 2004.
- OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Nova York: Cambridge University Press, 1990.
- PERRAUD, D., Les ambiguïtés de la multifonctionnalité de l'agriculture. *Economie Rurale*, v. 273, n. 273-274, 2003.
- RUTH, L. *GM crops and food. Evidence, policy and practice in the UK: a case study*, Working Paper n. 20, ESRC UK Centre for Evidence Based Policy and Practice, 2003.
- SCHERR, S., MCNEELY, J. Biodiversity conservation and agricultural sustainability: towards a new paradigm of 'ecoagriculture' landscapes. *Phil. Trans. R. Soc. B*, 2008.
- SELMI, A. *Administrer la nature*. Edition de la maison des sciences de l'homme, 2006.
- STEVENS, C., FRASER, I., MITCHLEY, J., THOMAS, M. *Making ecological science policy-relevant: issues of scale and disciplinary integration*. *Landscape Ecology*, 2007.
- SUTHERLAND *et al.* The identification of 100 ecological questions of high policy relevance in the UK, *Journal of Applied Ecology*, n. 43 (4), agosto de 2006B.
- SUTHERLAND, W., PULLIN, A., DOLMAN, P., KNIGHT, T. The need for *evidence-based* conservation, *TRENDS. Ecology and Evolution* v. 19, n. 6, 2006.
- TALLIS, H., KAREIVA, P. Shapping global environmental decisions using socio-ecological models. *Trends in Ecology and Evolution*. v. 21, n. 10, 2004.

TROUVÉ, A. Les régions, porteuses de nouveaux compromis pour l'agriculture, *Revue de la régulation*, n. 5, 2009 [<http://regulation.revues.org/index7550.html>].

UN, *United Nations Millennium Declaration*, 2000.

VOLLET, D., HAUTDIDIER, B., SUBERVIE, J., LAFON, S., AMON, BIGOT, G., TURPIN, N., TROUVE, A., GASSIAT, A., ZAHM, F. e CHABE FERRET, S., Expertise des méthodes utilisées pour évaluer l'impact des dispositifs de soutien publics à l'agro-environnement. *In: CHABE-FERRET, S., GASSIAT, A., SUBERVIE, J. e ZAHM, F. Assistance méthodologique à la préparation de l'évaluation ex-post du PDRN 2000-2006 en matière de soutien à l'agroenvironnement: rapport final de synthèse*. Département: GT ATR-TR: RURAMEN / CERES, 2008.

LAURENT, Catherine, Aurélie Trouvé e Daniel Perraud. O debate sobre as abordagens *Evidence-based* ou *Evidence-aware policy* no campo da agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Outubro de 2009, vol. 17, n. 2, p. 193-226, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*O debate sobre as abordagens Evidence-based ou Evidence-aware policy no campo da agricultura*). O recurso às abordagens da *evidence-based* ou *evidence-aware policy* se estende por vários setores (saúde, educação etc.). Na agricultura, essas abordagens são menos numerosas, mas se desenvolvem igualmente. O exame dos debates que acompanham esse movimento permite precisar a natureza das dificuldades enfrentadas por aqueles que tomam decisão pública quando buscam utilizar os conhecimentos científicos disponíveis. Entre as numerosas questões, então levantadas, três são especificamente abordadas aqui: (i) o problema da concorrência das provas; (ii) o papel que os instrumentos de racionalização podem exercer em uma possível “despolitização” das decisões públicas; (iii) a necessidade de não se renunciar a uma reflexão sobre as provas.

Palavras-chave: agricultura, políticas públicas, avaliação, conhecimentos científicos, *Evidence-based policy*.

Abstract: (*The debate on Evidence-based or Evidence-aware policy approaches in the field of agriculture*). The use of evidence-based or evidence-aware policy perspectives extends over several sectors (health, education etc.). In agriculture, these approaches are less numerous but are also increasingly undertaken. The examination of the debates that followed this trend allows specification of the nature of difficulties faced by those who make public decisions when seeking to use available scientific knowledge. Among the vast range of issues raised thereby, three are specifically addressed here: (i) the problem of competition among sources of evidence, (ii) the role that the instruments of rationalization can exert over a possible “depoliticization” of public decisions; and (iii) the need to avoid abandonment of reflection on the evidence.

Key words: agriculture, public policy, evaluation, scientific knowledge, Evidence-based policy.